



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UMA VIATURA
LIGEIRA DE MERCADORIAS EQUIPADA COM
PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA A DIVISÃO DE
PROJETOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS – SECÇÃO DE
ELETRECIDADE, PELO VALOR GLOBAL DE 51.990,00€, AO
QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano 2016, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, com sede na Quinta das Cotovias, Edf. Hydraplan, Sobralinho – Vila Franca de Xira, com o capital social de 650.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva número 507448979, representada por **JOSÉ CARLOS PEREIRA DE MATOS DUQUE**, divorciado, natural de Santa Maria de Viseu e residente em Faro, portador do Cartão de Cidadão número 03565099-0ZY7, valido até 21 de agosto de 2018, contribuinte número 162837224 e **JOAQUIM FERNANDO FARIAS LOPES**, casado, natural da freguesia da Sé (Faro) e residente em Faro, portador do cartão de cidadão número 05383676-6ZZ9, valido até 22 de setembro de 2017, contribuinte número 148991351, os quais outorgam na qualidade de Administrador e Procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 12 de junho de 2013, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **11 de outubro de 2016**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 142, II Série de 26 de julho de 2016, foi adjudicado à firma **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, o “FORNECIMENTO DE UMA



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
[Handwritten signature]

VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS EQUIPADA COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA A DIVISÃO DE PROJETOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS – SECÇÃO DE ELETRECIDADE”, pelo valor global de 51.990,00€ (cinquenta e um mil

novecentos e noventa euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **8227** e LCPA n.º **12169** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de uma viatura ligeira de mercadorias equipada com plataforma elevatória para a Divisão de Projectos, Edifícios e Equipamentos – Secção de Eletricidade, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: A entrega da viatura será efetuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo de 1 dia, após a assinatura do contrato de acordo com a proposta do fornecedor.-----

Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- 2% no primeiro dia de atraso;-----
- +4% no segundo dia de atraso;-----
- +6% no terceiro dia de atraso;-----
- +8% por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36%;-----

O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3
[Handwritten signatures]

reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou elétricos;-----

O fornecedor obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE;-----

Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor;-----

QUARTA: O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

QUINTA: O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade a viatura com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos. A viatura deve ser entregue em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destina;-----

A edilidade procede no prazo de 5 dias após a entrega da viatura, à inspecção quantitativa e qualitativa da mesma, com vista a verificar, respectivamente, se a mesma reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor, bem como outros requisitos exigidos por lei;-----

SEXTA: No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve disso informar, por escrito, o fornecedor. O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Edilidade, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Edilidade procede à realização de novos testes, nos termos do artigo 6.º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

SÉTIMA: Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

4
[Handwritten signatures and initials]

definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a Edilidade, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----

OITAVA: Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos das viaturas, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.-----

A garantia geral do equipamento/veículo, da pintura e da anti-corrosão é de 37 meses.-

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da Parte I – Clausulas Gerais do Caderno de Encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

DÉCIMA: A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

5
[Handwritten signature]
ANC

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 11 de outubro de 2016, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

OS SEGUNDOS OUTORGANTES,

José Carlos Duque
Joaquim Manuel Xavier Lobo

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Paulo Ricardo Correia Pinheiro